

Abstract

Title: *Women in Graduate Programs in Philosophy in Brazil - 2015*

This report is based on official data of the Brazilian government and presents figures for the participation of women in the community of Graduate Programs in Philosophy in Brazil. It details in charts and tables the numbers of men and women in each Graduate Program and presents a classification of programs and regions of Brazil in relation to the national average of the proportion between sexes. Of the 4,437 people, including professors and students, who form the community analyzed, 27% are women and 73% men, a number that contrasts with the ratio among those who graduate in Philosophy, of whom 38.4% are women and 61.6% men. In analyzing the proportion of women to men in various stages of their career, starting with graduation (38.4%) and ending with the permanent faculty of Graduate Programs (19.95%), the report concludes that this proportion decreases by 48%, while that of men increases by 29.95% (from 61.6% in the base to 80.05% at the top). The conclusion is that a woman has approximately 2.5 times less chances than a man to reach the top of this career.

Resumo

Este relatório se baseia em dados oficiais do governo brasileiro para apresentar os números relativos à participação de mulheres na comunidade da Pós-Graduação em Filosofia no Brasil. Ele detalha, em gráficos e tabelas, os números de homens e mulheres em cada Programa de Pós-Graduação e apresenta uma classificação dos programas e das regiões do Brasil em relação à média nacional de proporção entre os sexos. Das 4.437 pessoas, entre docentes e discentes, que compõem a comunidade analisada, 27% são mulheres e 73% são homens, o que contrasta com a proporção entre os egressos da graduação em Filosofia, em que as mulheres são 38,4% e os homens 61,6%. Em analisando as proporções entre homens e mulheres nos vários estágios da carreira da Pós-Graduação em Filosofia, começando com os concluintes da graduação (38,4%) e terminando com os professores permanentes de Programas de Pós-Graduação (19,95%), o relatório conclui que a proporção de mulheres diminui em 48%, enquanto a de homens aumenta em 29,95% (de 61,6% na base para 80,05% no topo). A conclusão é de que uma mulher tem aproximadamente 2,5 vezes menos chance do que um homem de chegar ao topo desta carreira profissional.

1. Introdução:

É evidente à comunidade da Pós-Graduação em Filosofia no Brasil a pequena porcentagem de mulheres que lhe integra. Todavia, ainda não se levantou qual a proporção dessa minoria, e menos ainda se investigou suas razões. O presente relatório tem como propósito iniciar o debate sobre o tema a partir da apresentação de um diagnóstico estatístico do cenário da Pós-Graduação em Filosofia no ano de 2015, indicando referenciais quantitativos relevantes ao problema. Esse levantamento foi possível a partir da implementação, pela

¹ Para citar este artigo use a seguinte referência: ARAÚJO, Carolina. Mulheres na Pós-Graduação em Filosofia no Brasil – 2015. São Paulo: ANPOF, 2016, disponível em <http://anpof.org/portal/images/Documentos/ARAUJOCarolina_Artigo_2016.pdf> e acrescente a data de acesso.

Coordenação de Avaliação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Plataforma Sucupira², banco de dados digital que viabilizou o acesso público em tempo real às informações que constituem a base desse relatório. De grande importância para uma análise comparativa, presente no item 6 desse relatório, foram também os dados levantados pelo Instituto Anísio Teixeira de Pesquisas Educacionais (INEP) relativos à Graduação em Filosofia no Brasil. Integrando a lista dos primeiros trabalhos que usam como fonte principal os dados da recém-inaugurada Plataforma Sucupira, este trabalho também sugere algum ajuste no seu funcionamento.

2. Terminologia:

No que se segue, alguns termos e siglas serão usados de modo específico, seus significados são os seguintes:

Comunidade: conjunto dos indivíduos da Pós-Graduação em Filosofia no Brasil, composto de docentes e discentes na data de 07 de novembro de 2015.

Função docente: cada um dos docentes de um Programa de Pós-Graduação por sua função, inclui as subcategorias: “permanente”, “visitante” e “colaborador”.

Função discente: cada um dos discentes de um Programa de Pós-Graduação por sua função, inclui as subcategorias: “matriculado”, “desligado”, “titulado” e “mudança de nível com defesa”.

Indivíduo docente: cada um dos docentes de um ou mais Programas de Pós-Graduação. Um indivíduo docente pode acumular até 3 funções docentes em diferentes Programas.

Indivíduo discente: cada um dos discentes, mesmo que vinculados a mais de um Programa de Pós-Graduação.

PPGF: Programa de Pós-Graduação em Filosofia em sentido geral, não importando a sigla específica que cabe a cada programa.

3. Metodologia:

A base de dados utilizada é a Plataforma Sucupira na data de 07 de novembro de 2015. Da base de dados se extraiu um levantamento nominal da comunidade. Os nomes foram classificados por sexo. Nomes que poderiam indicar ambos os sexos foram verificados junto à Plataforma Lattes e, eventualmente, em outras notificações indicadas pelo Google. Nomes que poderiam indicar homonímia também foram verificados quando da contabilidade de indivíduos.

O recenseamento de funções docentes foi feito em referência a cada um dos PPGFs. Este recenseamento foi dividido em duas classes: totalidade das funções docentes e apenas a função

² BRASIL. *Plataforma Sucupira*. Brasília: CAPES, 2010, disponível em < www.sucupira.capes.gov.br>, acesso em 07 de novembro de 2015.

“permanente”. Por fim, esse recenseamento gerou um índice nacional nas duas funções. O recenseamento de indivíduos docentes foi feito em referência à totalidade da comunidade, ou seja, eliminando-se da contagem mais de uma função que um indivíduo exerce, notadamente em diferentes PPGFs.

O recenseamento de funções discentes foi feito em referência a cada um dos PPGFs. Este recenseamento foi dividido em duas classes: totalidade das funções docentes e apenas a função “matriculado”. Por fim, esse recenseamento gerou um índice nacional nas duas funções. O recenseamento de indivíduos docentes foi feito em referência à totalidade da comunidade, ou seja, eliminando-se da contagem mais de uma função que um indivíduo exerce. Neste quesito aponta-se que os dados brutos apresentam repetições provavelmente indesejáveis ao sistema. Foram encontrados três tipos de repetição de funções de indivíduos:

- i) “Matriculado” e “titulado” em um mesmo PPGF, o que parece indicar conclusão do curso de mestrado e matrícula do curso de doutorado com sobreposição de informações no sistema.
- ii) “Matriculado” e “mudança de nível com defesa” em um mesmo PPGF, o que parece indicar sobreposição de informações no sistema.
- iii) “Matriculado” duas vezes em um mesmo PPGF, o que parece indicar equívoco no preenchimento do sistema.
- iv) “Matriculado” em mais de um PPGF, o que, dada a grande frequência, parece indicar que uma das matrículas foi abandonada ao longo do curso, sem que esse dado tivesse sido inserido no sistema.

É em vista dessas repetições que o quesito “indivíduos” parece ser mais exato no que tange os discentes do que o quesito “funções”. Não obstante, uma vez que não é possível sanar pelo sistema essas incongruências, e uma vez que os dados relativos a indivíduos não podem ser atribuídos a PPGFs, e sim apenas à comunidade como um todo, o número das funções guarda ainda sua relevância.

Também por questões do preenchimento de dados no sistema não foi possível gerar relatórios específicos para os cursos de “Mestrado” e “Doutorado”. Ao introduzirem informações sobre o seu corpo discente, os PPGFs, no quesito “nível”, devem escolher entre as opções “Graduação”, “Mestrado” e “Doutorado”. Essa formulação é provavelmente a causa da confusão, pois não se sabe se a expectativa é de que se preencha o maior nível já obtido ou o nível do título que se pretende obter com o curso. Dada a extrema variedade de respostas em todos os programas, os dados se tornaram inconsistentes e o pesquisador torna-se incapaz de definir o curso do discente.

4. Números de referência.

A comunidade é atualmente composta por 4.437 indivíduos, dos quais 1.199 mulheres, 27% dos indivíduos, e 3.238 homens, 73% dos indivíduos. Desse total 3.652 indivíduos são discentes, dos quais 1.036 mulheres e 2.616 homens, ou seja, entre os estudantes de pós-graduação em filosofia no Brasil há 28,4% de mulheres e 71,6% de homens. No total são 785 indivíduos que trabalham como professores de PPGFs no Brasil, dos quais 163 são mulheres e 622 homens, portanto as mulheres compõem 20,76% dos indivíduos docentes, enquanto os homens são 79,24%.

Voltemo-nos agora às funções. Os dados descrevem 862 funções docentes, das quais 172 são exercidas por mulheres e 690 são exercidas por homens, temos assim 19,95% dos cargos exercidos por filósofas, e 80,05% exercidos por filósofos. Se centramos a pesquisa sobre a função “permanente” – descartando as funções “visitante” e “colaborador” – temos que das 702 funções permanentes, 147, ou 20,95%, são exercidas por mulheres, ao passo que 555, ou 79,05% são exercidas por homens.

Dos docentes, 74 indivíduos exercem mais de uma função docente, sendo que destes 3 indivíduos exercem três funções docentes, ou seja, estão filiados, como “permanente”, “colaborador” ou “visitante”, a diferentes PPGFs. Dos 74 indivíduos com mais de uma função, 9 são mulheres e 65 são homens, de modo que dentre os que participam de mais de um PPGF, 12,16% são mulheres e 87,84% são homens.

Assim como há mais funções docentes (862) do que indivíduos docentes (785), há também mais funções discentes (3.830) do que indivíduos discentes (3.652). Como já exposto na seção “metodologia”, ao contrário das funções docentes, as múltiplas funções discentes parecem devidas a problemas na alimentação do sistema. Desse total de funções discentes, 1.086 são ocupadas por mulheres, o que perfaz 28,35% do total e 2.744 por homens, perfazendo 71,65%. A fim de normalizar esse número, foram recenseados apenas as funções discentes na subcategoria “matriculado”, que totalizam 3.624 funções. Dessas 1.031, ou 28,45% são ocupadas por mulheres, ao passo que 2.593 ou 71,55% são ocupadas por homens.

5. Classificações

Os resultados referentes a cada PPGF levam em conta os dados sobre funções, já que esses constituem a base de inserção de informações de cada PPGF no sistema. Para classificar esses programas segundo a proporção de sexo por funções, utilizamos uma margem de 5 pontos percentuais abaixo ou acima da média nacional de proporção feminina para estabelecermos o patamar de referência “MÉDIO”. PPGFs que apresentam proporção feminina entre 5 e 10 pontos abaixo da média são considerados de “BAIXA” proporção e os que apresentam menos de 10 pontos são considerados de “BAIXÍSSIMA” proporção. Já os que se colocam com proporção feminina acima de 5 pontos percentuais da média nacional foram considerados de proporção “SUPERIOR”. Os PPGFs que apresentam participação feminina

igual ou superior a 50% dos seus membros, ou seja, com proporção absoluta e não relativa à média nacional, foram considerados de proporção “EXTRAORDINÁRIA”.

No quesito “função docente”, a média nacional é de 19,95% de filósofas. 11 PPGFs foram considerados de baixíssima proporção, com especial menção aos Programas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e da Universidade Federal de Pernambuco que apresentam 100% de suas funções docentes ocupadas por homens. Quatro programas tiveram baixa proporção, sendo que entre eles está o programa de Universidade de São Paulo que, por si só, responde por 6,26% de todas as funções docentes do Brasil. A média foi apresentada por 15 PPGFs, e 13 deles apresentam proporção superior. Apenas o Programa da Fundação Universidade Federal do ABC apresentou perfil extraordinário.

Em se considerando apenas a função docente “permanente”, cuja média nacional é de 20,95%, verifica-se na classificação dos PPGFs aumento nos dois extremos em comparação com o critério “função docente” em geral. Por um lado, passam a ser três os PPGFs com 100% de docentes do sexo masculino: além dos Programas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e da Universidade Federal de Pernambuco, também o da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Por outro lado, a proporção extraordinária é alcançada não apenas pelo Programa da Fundação Universidade Federal do ABC, mas também pelo Programa da Universidade Federal de São Carlos. Em se considerando apenas a função docente “permanente”, há uma queda no número de programas de proporção baixíssima, que agora são 9, e os programas de proporção baixa duplicam, passando para 8. Treze programas apresentam proporção média e 12 apresentam proporção superior.

Funções discentes apresentam média nacional de 28,35%. Tomando essa referência, quatro PPGFs têm proporção baixíssima e 6 deles têm proporção baixa. A média é afirmada pela maioria dos programas, 23. Oito deles têm proporção superior, e destaque deve ser dado para dois programas com proporção extraordinária: os Programas da Universidade Estadual do Ceará e da Universidade Federal de Ouro Preto. Note-se que o Programa do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca não foi avaliado em nenhum quesito discente por não contar ainda com turma em curso.

Não há muitas diferenças na classificação dos programas entre o critério geral “funções discentes” e a sua subcategoria “matriculados”. A referência nacional para esse último critério é 28,45% de mulheres. Nesse cenário, os Programas da Universidade Estadual do Ceará e da Universidade Federal de Ouro Preto continuam em sua classificação “extraordinária”, 4 programas se mantêm com proporção baixíssima, 6 com baixa, 23 com média e 8 com superior.

Se agrupamos os programas por região geográfica do Brasil, temos que a região Sul apresenta a menor proporção de mulheres em funções docentes, 13,93%, e em função docente “permanente”, 14,55%, portanto com proporção baixa em relação à média nacional nos dois critérios docentes. Já para os critérios discentes, a região Sul apresenta proporções médias de

participação feminina, sendo 29,83% para funções discentes em geral e 29,7% para a função “matriculado”.

A região Nordeste apresenta proporções médias para todas as funções. As funções docentes em geral apresentam índice de 15,5%, e a função de permanente tem índice de 18,3%. Já as funções discentes marcam 27,9% de mulheres, tendo entre a função “matriculado” a média 27,52%.

A região Centro-Oeste tem proporção média para a função docente, 20,4%, com ligeira queda para a função “permanente”, 19,5%, mas ainda assim proporção média. Já quanto aos estudantes, a proporção da região é baixa, com 22,65% de funções discentes femininas e 22,3% de mulheres na função “matriculado”.

A região Sudeste, que concentra 19 dos 44 PPGFs em atividade, tem função docente média, com 24,64%, sendo esse número um pouco mais alto, 25,37% em relação a docentes “permanentes”. Também são médias as proporções femininas entre os discentes, 28,06% em geral e 28,52% para a função “matriculado”.

Por fim, a região Norte, não obstante contar com apenas um Programa, o da Universidade Federal do Pará, apresenta índice Superior para a função docente, 27,27%, embora essa proporção limite-se à média quando em relação à função “permanente”, 25%. Os números são também em proporção média em relação aos discentes, 27,58% para funções discentes em geral e 25% para a função “matriculado”.

Uma classificação também pode ser apresentada na relação entre proporção da participação feminina e nota avaliativa recebida pela CAPES. No quesito funções docentes, é notável que a classificação por nota destaca o grupo de nota 5 com média superior: 30% de funções docentes que podem ser comparados aos 19,95% da média nacional. Os demais segmentos se mantêm na proporção média: o grupo de nota 7 tem 19,54% de mulheres em funções docentes, o de nota 6, 16,84%, o de nota 4, 18,96% e o de nota 3, a mais baixa pela avaliação Capes, 16,32%.

Para o quesito de funções docentes permanentes, que tem média nacional de 20,95% de ocupação feminina, o destaque para o grupo de nota 5 mantém a sua diferença de 10 pontos percentuais acima da média nacional com o índice de 31% de participação feminina. O grupo de nota 6 passa a ter média baixa em comparação com o referente nacional, com 15,58%. Mantêm-se na média nacional o grupo de nota 7, com 21,13%, o grupo de nota 4, com 20,65% e o grupo de nota 3, com 17,43%.

No que tange às funções docentes, de média nacional de 28,35%, todos os grupos de avaliação têm proporção média de mulheres. O grupo de nota 3 é o que apresenta maior proporção, de 31,12%. O grupo com nota 4 tem 27,95% de mulheres e o de nota 5, 30,04%. Nos dois segmentos de melhor avaliação, o de nota 6 tem 23,47% de mulheres e o de nota 7 tem 26,38%. A variação dos números em relação à função docente “matriculado” é pouco

significativa. O grupo de nota 3 tem 30,77%, o de nota 4, 28,18%, o de nota 5, 29,85%, o de nota 6, 24% e o de nota 7, 26,9%.

6. Análise comparativa

Segundo o último censo do IBGE, a população brasileira tem maioria feminina, com 51,04% de mulheres e 48,96% de homens.³ As mulheres também são maioria entre os cidadãos com 25 anos ou mais com ensino superior completo, 12,5% da população em contraste com 9,9% de homens.⁴ Entre os que cursam o ensino superior, a maioria é feminina: dos graduandos brasileiros, 43% são do sexo masculino e 57% são do sexo feminino⁵, e entre os que cursam a pós-graduação *strictu sensu*, 46,54% são homens e 53,46% são mulheres.⁶

Os dados sobre a graduação em Filosofia no Brasil são elaborados pelo INEP em série histórica. Não parece haver dúvidas de que a Filosofia é uma carreira de interesse majoritariamente masculino. Em 2005, os números indicavam que, “na área de Filosofia, 65,9% dos estudantes são do sexo masculino enquanto 34,1% são do sexo feminino”.⁷ Em 2008, a maioria masculina era também marcada, indicando 61,2% dos ingressantes e 64,8% dos concluintes.⁸ Infelizmente, a partir de 2011 o Inep passou a registrar apenas dados de concluintes, dos quais, nesse ano, 64,6% eram do sexo masculino.⁹ Em 2014 os dados foram separados entre os cursos de Bacharelado e Licenciatura. Nesse ano, em se calculando a média geral a partir dos dados do INEP¹⁰, chegamos à porcentagem de 61,6% do sexo masculino e 38,4% do sexo feminino. A série histórica, portanto, apresenta aumento na proporção de mulheres dentre os alunos concluintes do curso de graduação: de 34,1% em 2005 a 38,4% em 2014. Ademais, o singular dado de 2011, do qual infelizmente não podemos traçar uma série histórica, contrasta com esses números, indicando uma proporção de 38,8% de mulheres ingressantes. Os dados não são suficientes para indicarmos uma diminuição consistente do número de mulheres durante os cursos de graduação, não obstante, eles tornam muito clara a consistente diminuição da proporção feminina ao longo da carreira.

³ BRASIL. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012, disponível em www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse, acesso em 07 de novembro de 2015.

⁴ BRASIL. *Censo demográfico 2010: educação e deslocamento, resultados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012, p. 62.

⁵ *Idem*, p. 97.

⁶ *Idem*, *ibidem*.

⁷ (BRASIL. *Enade 2005: relatório síntese área de Filosofia*. Brasília: INEP, 2004, p. 93) Em 2005 o Enade avaliou tanto ingressantes quanto concluintes da graduação, infelizmente os dados no relatório são imprecisos: “O número de ingressantes do sexo masculino é sutilmente superior à percentagem de concluintes do mesmo sexo. Em relação ao sexo feminino, ocorre o contrário: a percentagem de concluintes é superior à de ingressantes”. (*Idem, ibidem*)

⁸ BRASIL. *Enade 2008: exame nacional de desempenho dos estudantes: relatório síntese Filosofia*. Brasília: INEP, 2009, p. 85.

⁹ BRASIL. *Enade 2011: exame nacional de desempenho dos estudantes: relatório síntese Filosofia*. Brasília: INEP, 2012, p. 107.

¹⁰ “O universo para Área de Filosofia com habilitação em Bacharelado foi constituído por 1.145 inscritos. Já o universo para Área de Filosofia com habilitação em Licenciatura foi constituído por 3.559 inscritos.” (BRASIL. *Enade 2014: exame nacional de desempenho dos estudantes: relatório de área Filosofia*. Brasília: INEP, 2015, p. 138). “Constatou-se que os estudantes da Área de Filosofia (Bacharelado) eram, em sua maior parte, do sexo masculino (total de 71,2%) sendo 25,2% os estudantes desse sexo no segmento mais jovem, até 24 anos. O mesmo se aplica aos estudantes da Área de Filosofia (Licenciatura), que também em maior parte eram do sexo masculino (total de 58,5%), sendo 15,2% dos estudantes desse sexo e habilitação no segmento mais jovem, também, até 24 anos. (*Idem*, p. 139)”.

Se tomamos os dados da pós-graduação aqui levantados em contraste com os números mais recentes da graduação (2014), temos que as mulheres são 38,4% dos graduados, 28,45% dos discentes matriculados na pós-graduação, 28,36% dos discentes da pós-graduação em geral, 20,94% dos docentes permanentes da pós-graduação, 19,95% dos docentes de pós-graduação em geral e 12,16% dos docentes que são convidados a participar de mais de um programa de pós-graduação. Se deixamos de lado este último número, que se refere mais a um prestígio pessoal do que a uma função profissional, temos que, **entre a base (38,4%) e o topo (19,95%), a proporção de mulheres diminui em 48%, enquanto a de homens, desde o início maioria, aumenta em 29,95%, de 61,6% na base para 80,05%**. Se tomamos em conta os referentes numéricos absolutos, temos 1806 mulheres egressas da graduação e 192 funções docentes de pós-graduação exercidas por mulheres, o que resulta em uma chance de 10,63% de conquista da posição final. Já entre os homens, o cenário é de 2898 egressos da graduação e 770 funções docentes, resultante em uma chance de conquista da posição final de 26,57%. Em se calculando a proporção de chances, temos que a chance de sucesso das mulheres é 40% da chance de sucesso dos homens. **Em outras palavras, no sistema da Pós-Graduação em Filosofia no Brasil, uma mulher tem aproximadamente 2,5 vezes menos chance do que um homem de chegar ao topo da carreira profissional.**

Os dados são portanto indicativos de que, ainda que se despreze o fator cultural que justificaria uma maior procura da carreira por homens, há um padrão de discriminação sexual operante internamente à comunidade profissional.

7. Propostas

O propósito primeiro deste estudo é dar início a uma discussão sobre o seu tema dentro da comunidade da Pós-Graduação em Filosofia no Brasil. Ele procura subsidiar um debate consistente e responsável que não pretende diminuir conquistas acadêmicas, mas, ao contrário, diminuir atos de preconceito que por ventura venham a minar o valor dessas mesmas conquistas. Com isso, não é a intenção desta publicação indicar qualquer solução milagrosa e de efeitos imediatos que supostamente solucionem um problema cujas raízes se encontram nas bases da cultura brasileira. Não obstante, algumas propostas parecem ser básicas para suprir o debate e eliminar distorções de gravidade mais aguda e por isso elas vêm elencadas aqui.

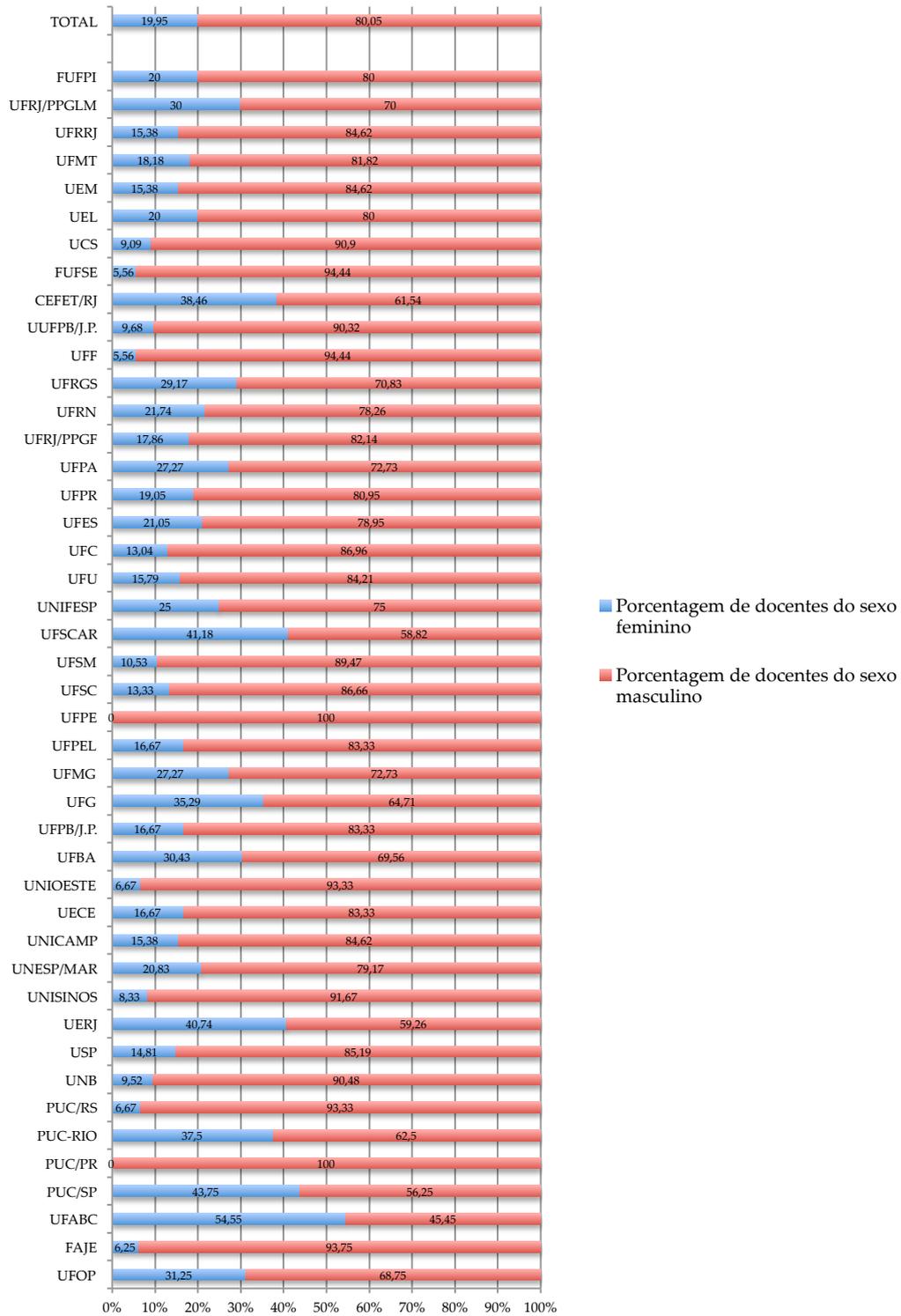
A mais importante ferramenta para uma reflexão é o acesso à informação qualificada. Os dados constantes neste trabalho são todos de domínio público, entretanto não são acessíveis no formato em que aqui foram apresentados. A Plataforma Sucupira dispõe hoje de todos os recursos para suprir dados em tempo real sobre a proporção de homens e mulheres em qualquer função na Pós-Graduação no Brasil, basta apenas que se introduza este como um dos propósitos da base de dados. É assim que se sugere que junto a cada nome a ser inserido pelos programas na base se adicione a informação “sexo” e que se passe a computar proporção de

homens e mulheres nas diversas funções e em relação tanto a Programas, quanto a Regiões e Grau de Avaliação na Capes. Garantir à comunidade o direito a essa informação é de relevância inquestionável. Sugere-se também, como foi indicado no item 4, que se corrija os itens relativos à função discente possibilitando a identificação do curso e eliminando duplicidade de indivíduos.

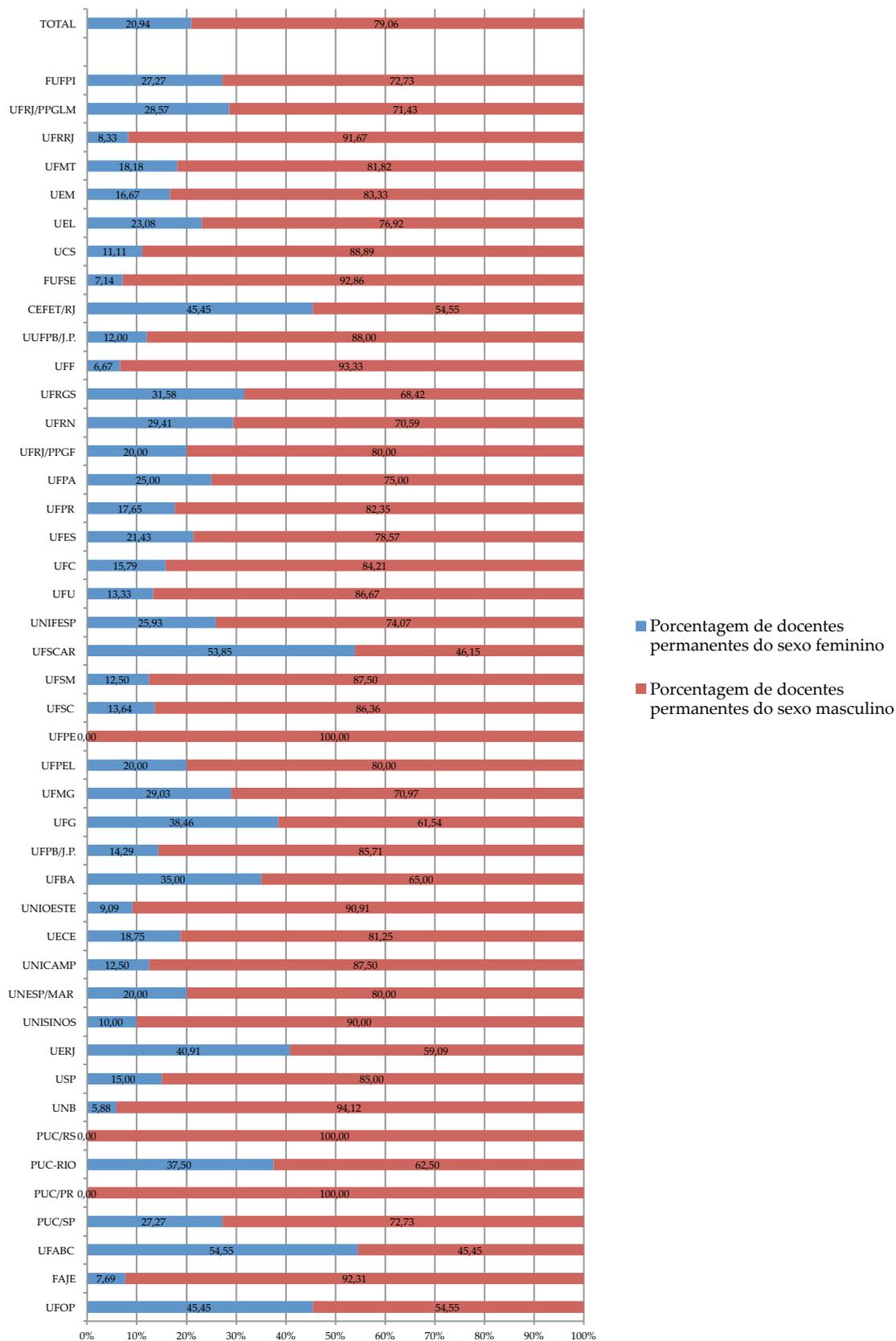
Ademais, é razoável propor ações que tenham por base um balanceamento de casos extremos. Nesse sentido, sugere-se que a proporção entre homens e mulheres nas diversas funções seja item constante no relatório anual fornecido pelos PPGFs à Capes, e que essa agência considere-a junto aos demais índices de inserção social dos programas em seu parecer avaliativo tendo como parâmetro as médias nacionais dessa proporção. Um cenário nacional mais equilibrado deve ser aquele que toma os índices sobre concluintes da graduação em Filosofia no Brasil fornecidos pelo INEP como meta para os Programas de Pós-Graduação, buscando eliminar o significativo fator de redução de chances profissionais das mulheres aqui indicado. Como meta de transição as médias nacionais podem ser tomadas como índice de correção em programas em que o desequilíbrio é muito acentuado.

Anexo: Gráficos e Tabelas

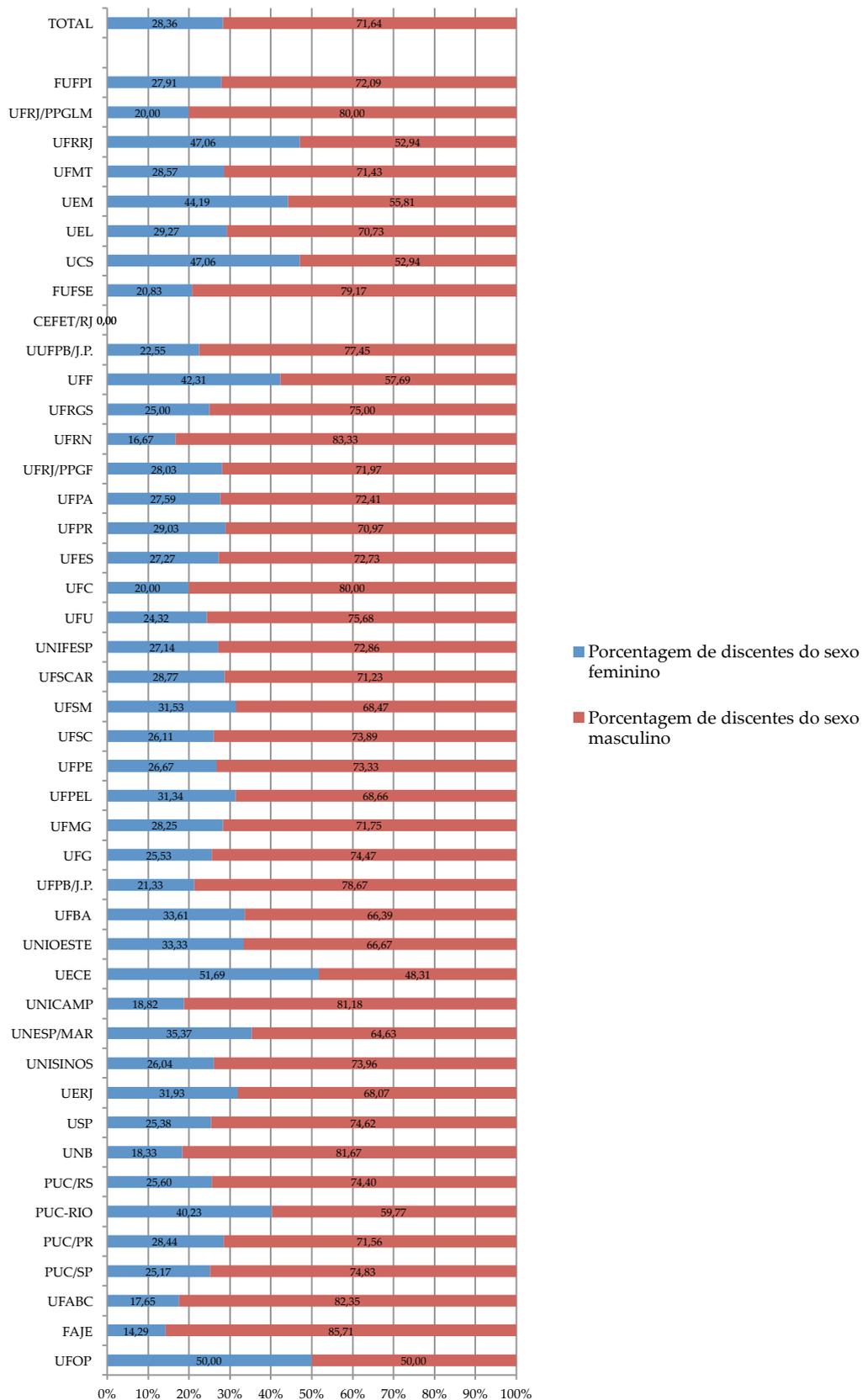
Funções docentes



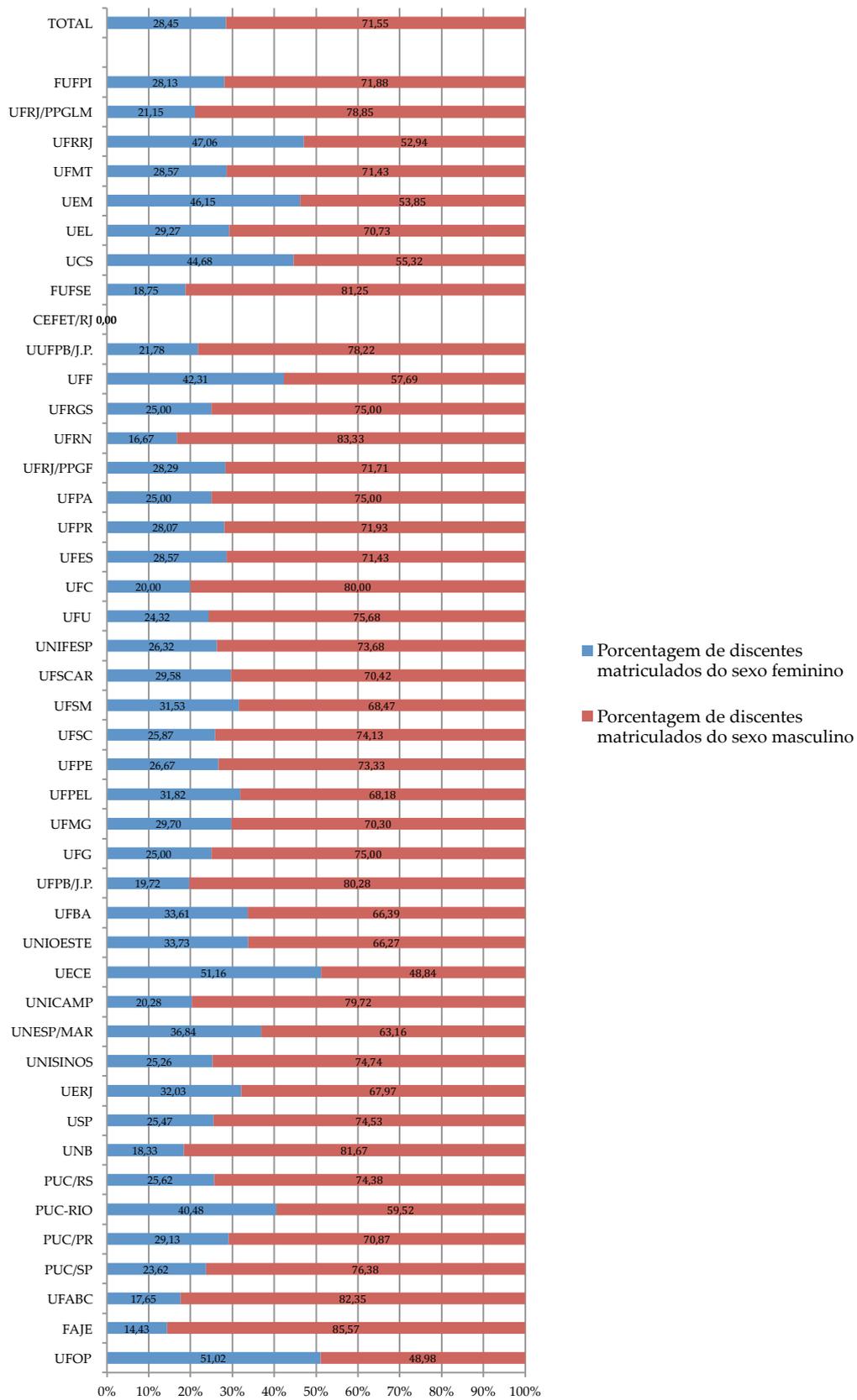
Funções docentes permanentes



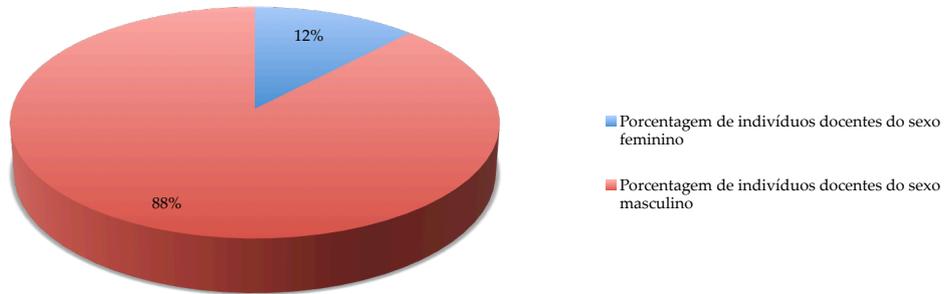
Funções discentes



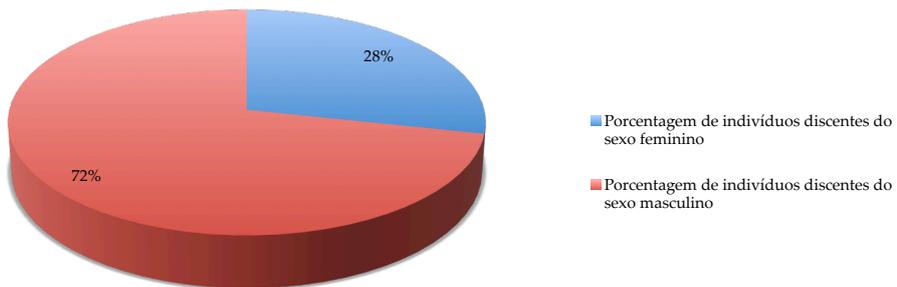
Funções discentes matriculadas



Indivíduos docentes



Indivíduos discentes



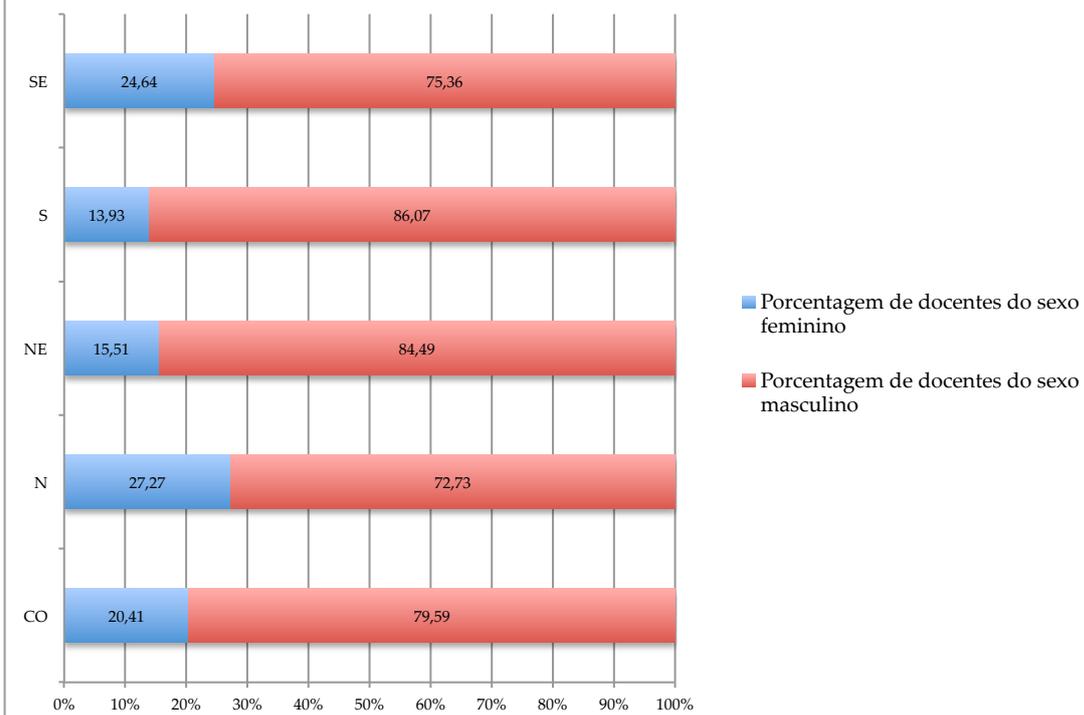
PPGF	Porcentagem de docentes do sexo feminino	Classificação em relação à média nacional
UFABC	54,55	EXTRAORDINÁRIA
PUC/SP	43,75	SUPERIOR
UFSCAR	41,18	SUPERIOR
UERJ	40,74	SUPERIOR
CEFET/RJ	38,46	SUPERIOR
PUC-RIO	37,50	SUPERIOR
UFG	35,29	SUPERIOR
UFOP	31,25	SUPERIOR
UFBA	30,43	SUPERIOR
UFRJ/PPGLM	30,00	SUPERIOR
UFRGS	29,17	SUPERIOR
UFMG	27,27	SUPERIOR
UFPA	27,27	SUPERIOR
UNIFESP	25,00	SUPERIOR
UFRN	21,74	MÉDIA
UFES	21,05	MÉDIA
UNESP/MA	20,83	MÉDIA
UEL	20,00	MÉDIA
FUFPI	20,00	MÉDIA
UFPR	19,05	MÉDIA
UFMT	18,18	MÉDIA
UFRJ/PPGF	17,86	MÉDIA
UECE	16,67	MÉDIA
UFPB/J.P.	16,67	MÉDIA
UFPEL	16,67	MÉDIA
UFU	15,79	MÉDIA
UNICAMP	15,38	MÉDIA
UEM	15,38	MÉDIA
UFRRJ	15,38	MÉDIA
USP	14,81	BAIXA
UFSC	13,33	BAIXA
UFC	13,04	BAIXA
UFSM	10,53	BAIXA
UFPB/J.P.	9,68	BAIXÍSSIMA
UNB	9,52	BAIXÍSSIMA
UCS	9,09	BAIXÍSSIMA
UNISINOS	8,33	BAIXÍSSIMA
PUC/RS	6,67	BAIXÍSSIMA
UNIOESTE	6,67	BAIXÍSSIMA
FAJE	6,25	BAIXÍSSIMA
UFF	5,56	BAIXÍSSIMA
FUFSE	5,56	BAIXÍSSIMA
PUC/PR	0,00	BAIXÍSSIMA
UFPE	0,00	BAIXÍSSIMA

PPGF	Porcentagem de docentes permanentes do sexo feminino	Classificação em relação à média nacional
UFABC	54,55	EXTRAORDINÁRIA
UFSCAR	53,85	EXTRAORDINÁRIA
UFOP	45,45	SUPERIOR
CEFET/RJ	45,45	SUPERIOR
UERJ	40,91	SUPERIOR
UFG	38,46	SUPERIOR
PUC-RIO	37,50	SUPERIOR
UFBA	35,00	SUPERIOR
UFRGS	31,58	SUPERIOR
UFRN	29,41	SUPERIOR
UFMG	29,03	SUPERIOR
UFRJ/PPGLM	28,57	SUPERIOR
PUC/SP	27,27	SUPERIOR
FUFPI	27,27	SUPERIOR
UNIFESP	25,93	MÉDIA
UFPA	25,00	MÉDIA
UEL	23,08	MÉDIA
UFES	21,43	MÉDIA
UNESP/MAR	20,00	MÉDIA
UFPEL	20,00	MÉDIA
UFRJ/PPGF	20,00	MÉDIA
UECE	18,75	MÉDIA
UFMT	18,18	MÉDIA
UFPR	17,65	MÉDIA
UEM	16,67	MÉDIA
UFC	15,79	MÉDIA
USP	15,00	MÉDIA
UFPB/J.P.	14,29	BAIXA
UFSC	13,64	BAIXA
UFU	13,33	BAIXA
UNICAMP	12,50	BAIXA
UFSM	12,50	BAIXA
UFPB/J.P.	12,00	BAIXA
UCS	11,11	BAIXA
UNISINOS	10,00	BAIXA
UNIOESTE	9,09	BAIXÍSSIMA
UFRRJ	8,33	BAIXÍSSIMA
FAJE	7,69	BAIXÍSSIMA
FUFSE	7,14	BAIXÍSSIMA
UFF	6,67	BAIXÍSSIMA
UNB	5,88	BAIXÍSSIMA
PUC/PR	0,00	BAIXÍSSIMA
PUC/RS	0,00	BAIXÍSSIMA
UFPE	0,00	BAIXÍSSIMA

PPFG	Porcentagem de discentes do sexo feminino	Classificação em relação à média nacional
UECE	51,69	EXTRAORDINÁRIA
UFOP	50,00	EXTRAORDINÁRIA
UCS	47,06	SUPERIOR
UFRRJ	47,06	SUPERIOR
UEM	44,19	SUPERIOR
UFF	42,31	SUPERIOR
PUC-RIO	40,23	SUPERIOR
UNESP/MAR	35,37	SUPERIOR
UFBA	33,61	SUPERIOR
UNIOESTE	33,33	SUPERIOR
UERJ	31,93	MÉDIA
UFSM	31,53	MÉDIA
UFPEL	31,34	MÉDIA
UEL	29,27	MÉDIA
UFPR	29,03	MÉDIA
UFSCAR	28,77	MÉDIA
UFMT	28,57	MÉDIA
PUC/PR	28,44	MÉDIA
UFMG	28,25	MÉDIA
UFRJ/PPGF	28,03	MÉDIA
FUFPI	27,91	MÉDIA
UFPA	27,59	MÉDIA
UFES	27,27	MÉDIA
UNIFESP	27,14	MÉDIA
UFPE	26,67	MÉDIA
UFSC	26,11	MÉDIA
UNISINOS	26,04	MÉDIA
PUC/RS	25,60	MÉDIA
UFG	25,53	MÉDIA
USP	25,38	MÉDIA
PUC/SP	25,17	MÉDIA
UFRGS	25,00	MÉDIA
UFU	24,32	MÉDIA
UFPB/J.P.	22,55	BAIXA
UFPB/J.P.	21,33	BAIXA
FUFSE	20,83	BAIXA
UFC	20,00	BAIXA
UFRJ/PPGLM	20,00	BAIXA
UNICAMP	18,82	BAIXA
UNB	18,33	BAIXÍSSIMA
UFABC	17,65	BAIXÍSSIMA
UFRN	16,67	BAIXÍSSIMA
FAJE	14,29	BAIXÍSSIMA
CEFET/RJ	0,00	S/N

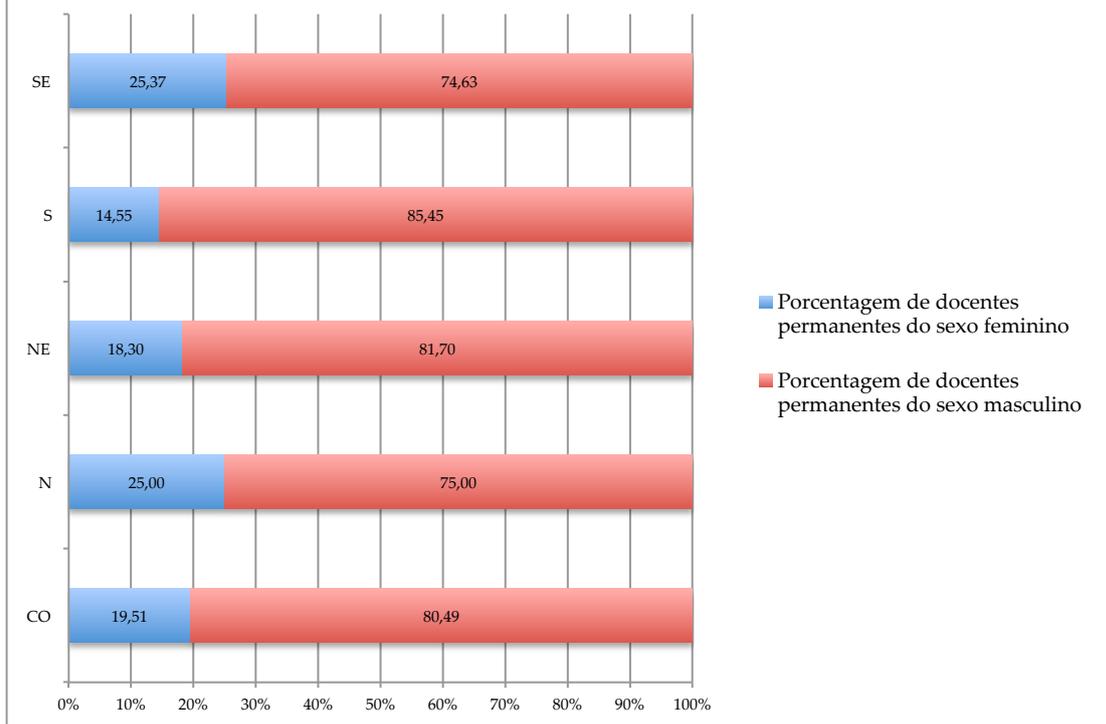
PPFG	Porcentagem de discentes matriculados do sexo feminino:	Classificação em relação à média nacional
UECE	51,16	EXTRAORDINÁRIA
UFOP	51,02	EXTRAORDINÁRIA
UFRRJ	47,06	SUPERIOR
UEM	46,15	SUPERIOR
UCS	44,68	SUPERIOR
UFF	42,31	SUPERIOR
PUC-RIO	40,48	SUPERIOR
UNESP/MAR	36,84	SUPERIOR
UNIOESTE	33,73	SUPERIOR
UFBA	33,61	SUPERIOR
UERJ	32,03	MÉDIA
UFPEI	31,82	MÉDIA
UFSM	31,53	MÉDIA
UFMG	29,70	MÉDIA
UFSCAR	29,58	MÉDIA
UEL	29,27	MÉDIA
PUC/PR	29,13	MÉDIA
UFES	28,57	MÉDIA
UFMT	28,57	MÉDIA
UFRJ/PPGF	28,29	MÉDIA
FUFPI	28,13	MÉDIA
UFPR	28,07	MÉDIA
UFPE	26,67	MÉDIA
UNIFESP	26,32	MÉDIA
UFSC	25,87	MÉDIA
PUC/RS	25,62	MÉDIA
USP	25,47	MÉDIA
UNISINOS	25,26	MÉDIA
UFG	25,00	MÉDIA
UFPA	25,00	MÉDIA
UFRGS	25,00	MÉDIA
UFU	24,32	MÉDIA
PUC/SP	23,62	MÉDIA
UFPB/J.P.	21,78	BAIXA
UFRJ/PPGLM	21,15	BAIXA
UNICAMP	20,28	BAIXA
UFC	20,00	BAIXA
UFPB/J.P.	19,72	BAIXA
FUFSE	18,75	BAIXA
UNB	18,33	BAIXÍSSIMA
UFABC	17,65	BAIXÍSSIMA
UFRN	16,67	BAIXÍSSIMA
FAJE	14,43	BAIXÍSSIMA
CEFET/RJ	0,00	S/N

Funções docentes por região



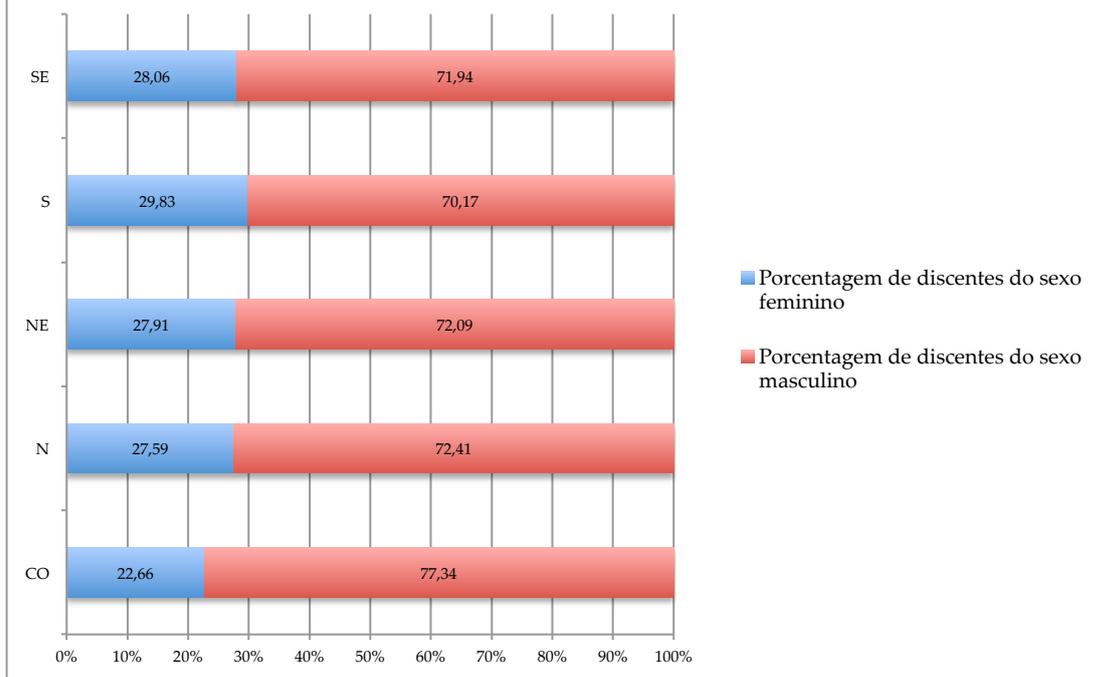
Região	Porcentagem de docentes do sexo feminino	Classificação em relação à média nacional
CO	20,41	MÉDIA
N	27,27	SUPERIOR
NE	15,51	MÉDIA
S	13,93	BAIXA
SE	24,64	MÉDIA

Funções docentes permanentes por região

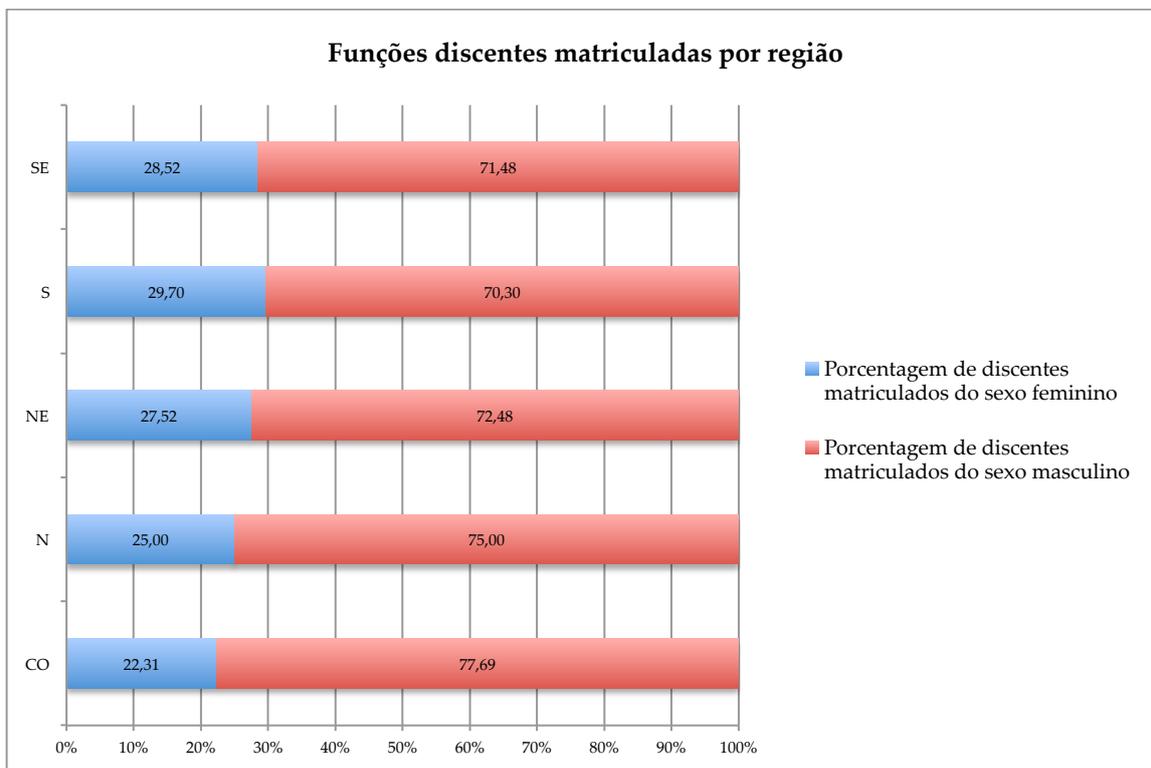


Região	Porcentagem de docentes permanentes do sexo feminino	Classificação em relação à média nacional
CO	19,51	MÉDIA
N	25,00	MÉDIA
NE	18,30	MÉDIA
S	14,55	BAIXA
SE	25,37	MÉDIA

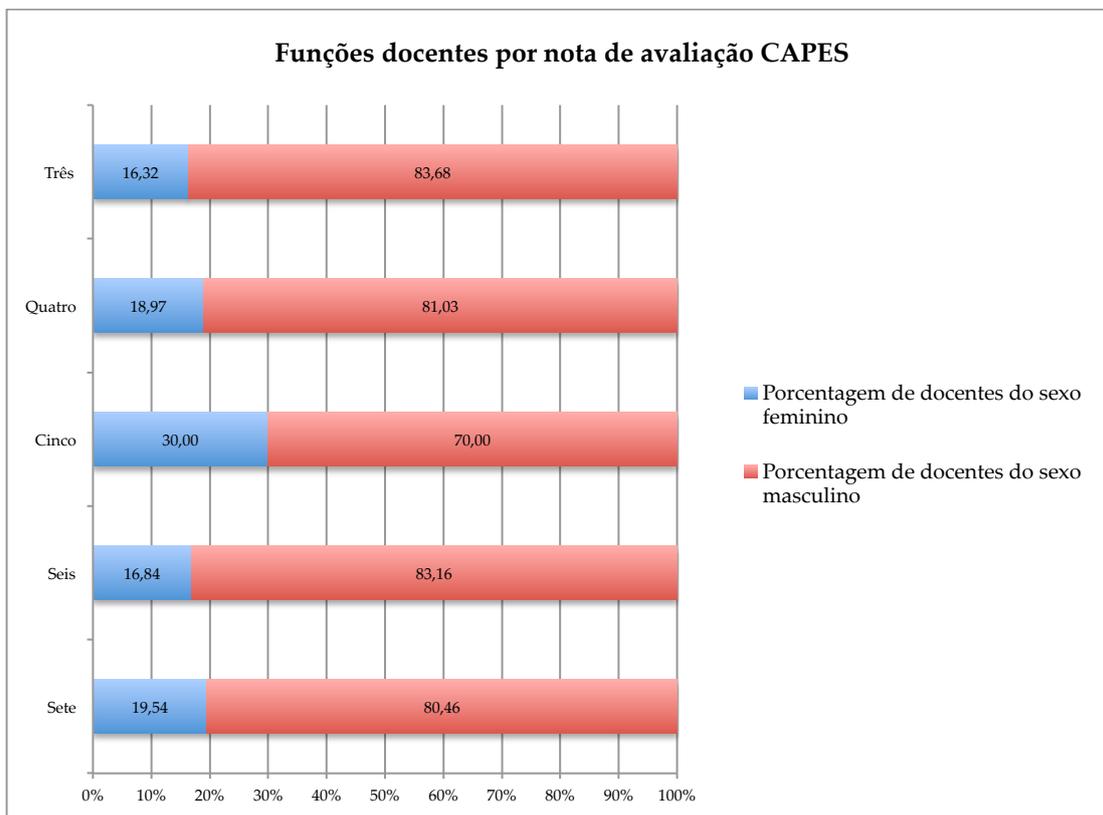
Funções discentes por região



Região	Porcentagem de discentes do sexo feminino	Classificação em relação à média nacional
CO	22,66	BAIXA
N	27,59	MÉDIA
NE	27,91	MÉDIA
S	29,83	MÉDIA
SE	28,06	MÉDIA

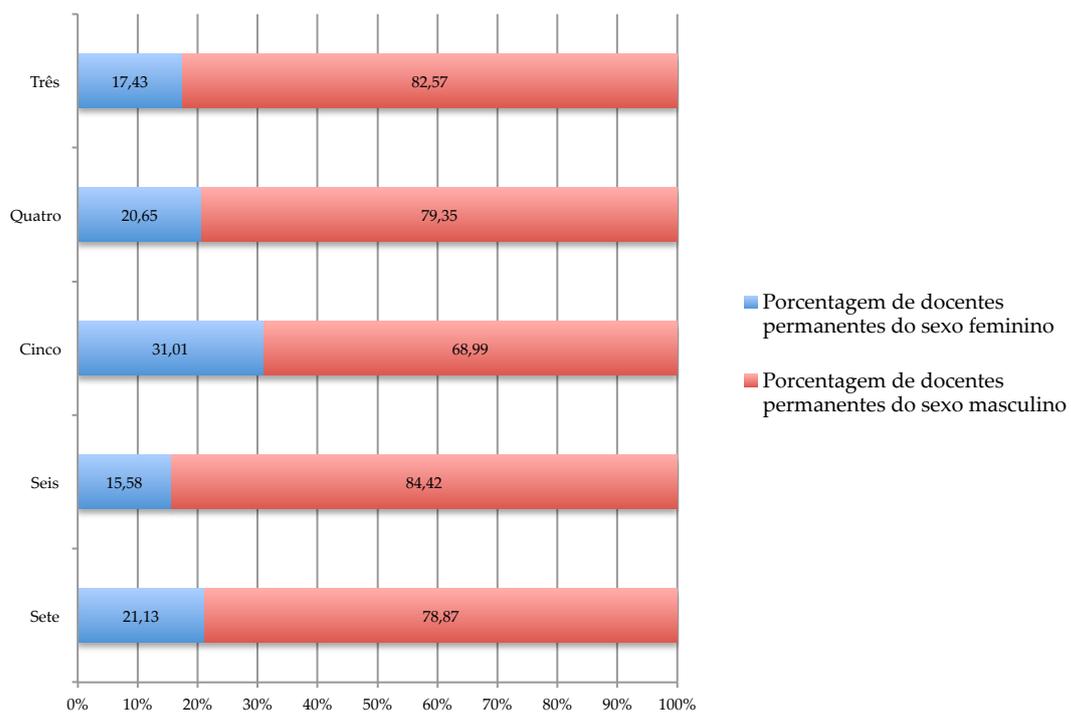


Região	Porcentagem de discentes matriculados do sexo feminino	Classificação em relação à média nacional
CO	22,31	BAIXA
N	25,00	MÉDIA
NE	27,52	MÉDIA
S	29,70	MÉDIA
SE	28,52	MÉDIA

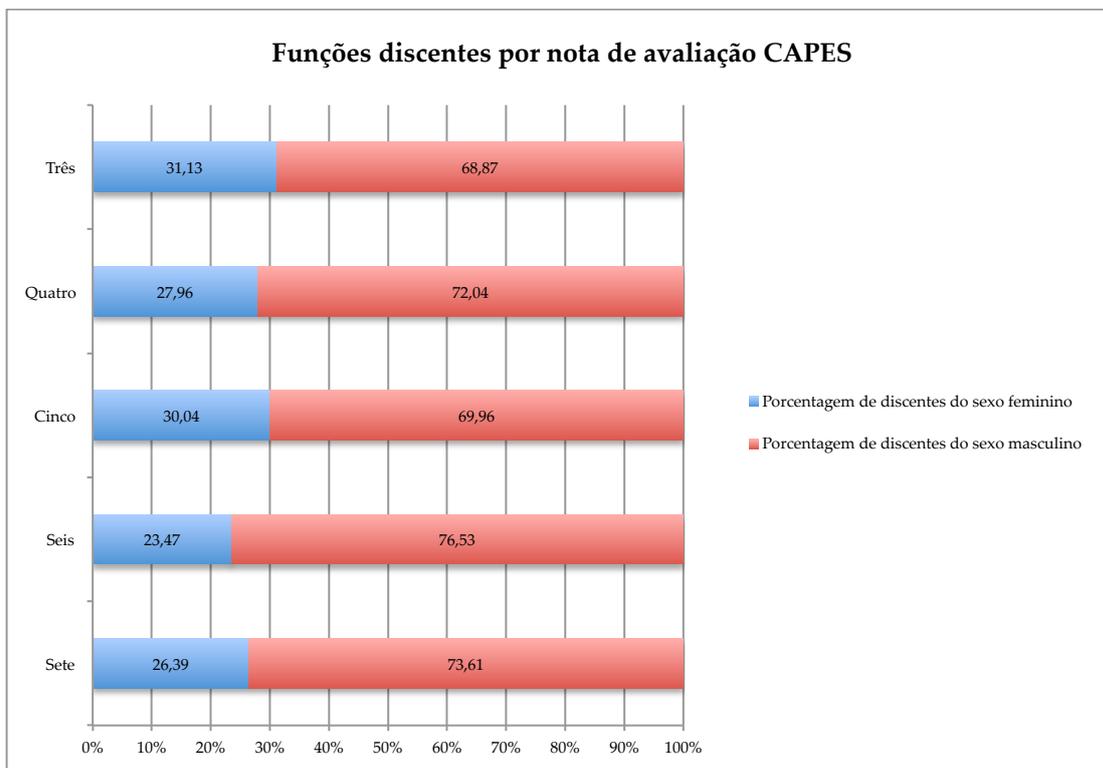


Nota de avaliação CAPES	Porcentagem de docentes do sexo feminino	Classificação em relação à média nacional
Sete	19,54	MÉDIA
Seis	16,84	MÉDIA
Cinco	30,00	SUPERIOR
Quatro	18,97	MÉDIA
Três	16,32	MÉDIA

Funções docentes permanentes por nota de avaliação CAPES

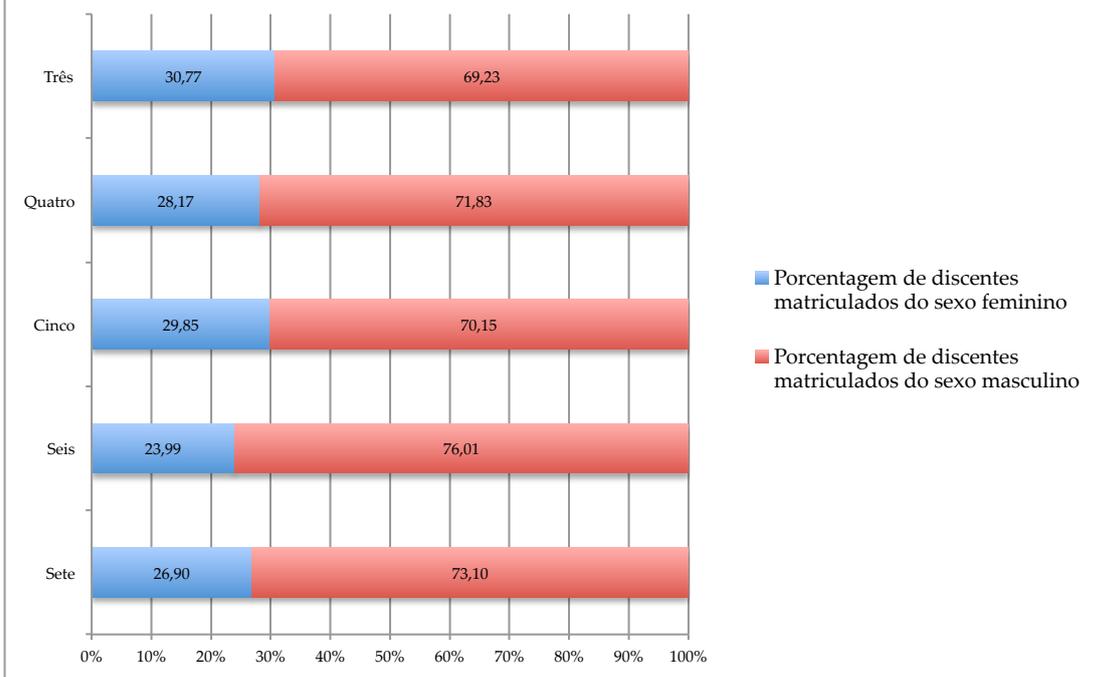


Nota de avaliação CAPES	Porcentagem de docentes permanentes do sexo feminino	Classificação em relação à média nacional
Sete	21,13	MÉDIA
Seis	15,58	BAIXA
Cinco	31,01	SUPERIOR
Quatro	20,65	MÉDIA
Três	17,43	MÉDIA



Nota de avaliação CAPES	Porcentagem de discentes do sexo feminino	Classificação em relação à média nacional
Sete	26,39	MÉDIA
Seis	23,47	MÉDIA
Cinco	30,04	MÉDIA
Quatro	27,96	MÉDIA
Três	31,13	MÉDIA

Funções discentes matriculadas por nota de avaliação CAPES



Nota de avaliação CAPES	Porcentagem de discentes do sexo feminino	Classificação em relação à média nacional
Sete	26,90	MÉDIA
Seis	23,99	MÉDIA
Cinco	29,85	MÉDIA
Quatro	28,17	MÉDIA
Três	30,77	MÉDIA